

PARRA, H. Z. M. .Políticas da partilha e da distribuição. In: Silvio Gallo, Marcus Novaes, Laisa Blancy de Oliveira Guarienti. (Org.). *Conexões: Deleuze e Políticas e Resistências e....* 1ed.Petrópolis/Campinas/Brasília: De Petrus et Alli, ALB, CAPES, 2013, v. , p. 35-44.

Políticas da partilha e da distribuição¹

Henrique Z.M. Parra
polart [arroba] riseup.net

O texto a seguir nasce de dois movimentos. Em primeiro lugar, da necessidade de explorar e problematizar uma ideia lançada num outro artigo em torno de possíveis relações entre a *política da partilha* e a *política da distribuição*. Em segundo lugar, pretende avançar na análise de algumas situações de conflito social em que deparamo-nos com um novo cenário de *indistinção* política, tanto no sentido da ação dos atores envolvidos como na configuração do campo sob disputa.

Faremos isso através da apropriação de algumas noções criadas por Deleuze e Guattari (*liso e estriado*) e por Jacques Rancière (*partilha do sensível*) respeitando, evidentemente, as diferenças entre seus fundamentos teóricos. Os problemas analisados situam-se exatamente na tensão entre os pólos de um conjunto de termos que, apesar de frequentemente tomados de forma binária, devem ser aqui encarados de maneira não-identitária ou dicotômica. Movemo-nos, mais precisamente, sobre a relação entre o *poder constituinte* e os *poderes constituídos*; sobre o espaço *liso* mas também sobre as dinâmicas de *estriamento* deste espaço; entre uma *política da distribuição* e a *política da partilha*.

Tal percurso reflexivo surge da análise de algumas querelas (teóricas e práticas) entre grupos de ativistas políticos, militantes e grupos culturais que atuam no universo da chamada “cultura digital”. Um problema frequentemente observado no interior dessas iniciativas, é o de definir onde termina uma ação de cooperação e onde começa uma ação de exploração do trabalho. Pensemos, por exemplo, nas novas formas de trabalho não-remunerado que ocorrem nas redes digitais e que são posteriormente convertidos em valor monetário e apropriados de maneira mais vantajosa por segmentos situados em posições mais favoráveis no interior das novas cadeias produtivas: você participa voluntariamente na criação de um projeto artístico na web que é, posteriormente capitalizado para agregar valor simbólico a um produto de uma marca comercial e fica sabendo dias mais tarde que os promotores do site em que você trabalhou gratuitamente faturaram um bom dinheiro ao coordenar o trabalho distribuído de uma rede de colaboradores voluntários. Problema análogo também irá se manifestar em torno dos entendimentos do que seria uma ação de resistência ou criação política, face às novas dinâmicas de captura simbólica, reprodução social ou valorização capitalista.

Neste cenário, parte dos atores envolvidos nesses conflitos têm reivindicado pela ampliação da sua participação no mundo macro-político institucional - demandas por políticas públicas específicas ou ampliação de sua representação face ao Estado – mas também, têm enunciado outras formas de acesso e **distribuição** àquilo que passa a ser reconhecido como **comum** (a cidade, o meio ambiente, a cultura, o conhecimento, a saúde). Algumas movimentos que surgiram em torno da “*cultura livre*”, que atuam diretamente sobre as disputas sobre a regulação dos direitos de propriedade intelectual, são aqui um bom exemplo. Diferentemente, a ação política habitual de grupos sociais já constituídos (partidos, classes, sindicatos e outros coletivos identitários) está frequentemente orientada pela disputa sobre a **partilha** dos recursos envolvidos. Em se tratando do espaço social, partilha-se o que é limitado e mensurável; distribui-se o que é ilimitado e não-mensurável.

Na perspectiva do que estamos provisoriamente chamando de *política da partilha*, a Política no sentido proposto por Jacques Rancière seria exatamente o momento em que emerge um dissenso sobre a definição das fronteiras (conceituais e concretas) sobre as condições de pertencimento e acesso aos recursos

¹ O argumento desenvolvido neste artigo é um esforço de desdobramento de uma das questões elaboradas no texto “Limiares no Pensamento e na Prática Política”, apresentado na mesa “Fluxos de Poder na Internet” no V Simpósio da Associação Brasileira de Pesquisadores em Ciberultura, novembro de 2011. O texto a seguir foi apresentado parcialmente no IV Conexões Deleuze, maio de 2012.

(simbólicos ou materiais) numa comunidade (por exemplo, a delimitação de um direito social). Fora do dissenso, instante de reconfiguração e ruptura, teríamos apenas ações gestonárias, administrativas ou, nos termos de Rancière, ações *policiais*. A Polícia é tomada como ação administrativa em oposição à ação política criada pelo dissenso (RANCIÈRE, 1996). Em outro livro, Rancière elabora esta tensão de maneira complementar:

“Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (RANCIÈRE, 2005, p.15).

Interessa-nos aqui problematizar em maior detalhe este “*comum partilhado*” enunciado por Rancière. A hipótese interpretativa que desejamos explorar é a seguinte: o momento disruptivo que cria a política sobre algo que é comum e não-exclusivo (por exemplo, a cultura) abre-se sobre um espaço-tempo liso em que as posições prévias dos sujeitos no interior deste espaço social podem ser reconfiguradas de maneira a romper a lógica identitária do conflito: “*no nível mais simples, Boulez diz que num espaço-tempo liso ocupa-se sem contar, ao passo que num espaço-tempo estriado conta-se a fim de ocupar* (Deleuze e Guattari, 2005, p.183). Tal superação permitiria criar um novo terreno de reconhecimento (e potencialmente de futuros direitos), simultaneamente à emergência de novos sujeitos. A manutenção, ao contrário, de um conflito identitário (de grupos, classes, instituições pré-definidas) sobre um “*comum partilhado*” estará sempre limitada às questões de ampliação ou redução do acesso dos sujeitos constituídos aos direitos já definidos, como numa competição de soma zero (um ganha e outro perde).

A relação partilha-distribuição, neste contexto, visa ir além de uma lógica partidária/identitária (dicotomias de inclusão-exclusão e divisões de pertencimento exclusivo), que opera de forma binária. Em determinadas circunstâncias, os grupos em conflito podem insistir em permanecer “funcionando” sob a *política da partilha* ou poderiam passar a uma *política da distribuição*. Tratar-se-ia, neste último caso, de uma aposta na produção do comum!

Quando tratamos de algo que é comum (p.ex. o conhecimento, a cultura, a cidade ou o meio ambiente), o acesso, o usufruto ou a posse não podem ser definidos em termos de uma divisão sobre partes exclusivas. Temos, ao contrário, a possibilidade de reivindicar formas de uso, pertencimento ou apropriação de caráter não-exclusivo e não proprietárias.

O que essas experiências podem indicar à luz dessas noções? Em que medida eles podem nos ajudar a apreender outras possibilidades que se anunciam? Sentimo-nos, muitas vezes, obrigados a tomar posição numa lógica plebiscitária que nos empurra para um “partido” ou outro, com a nítida sensação de que as proposições em jogo são versões extremamente reduzidas e empobrecidas da complexidade da situação sob disputa. Nossa hipótese é que a noção de *política da distribuição* permitiria-nos pensar novos processos de individuação (individual e social) no interior da dinâmica política, dando lugar a outras reconfigurações sociais para a resolução de conflitos (não se trata, obviamente, do fim dos conflitos).

A potencia instituinte dessas novas iniciativas é, por sua natureza, disforme, sem corpo, sem identidade e cria um *espaço liso* onde antes o estriamento do espaço político não contemplava o seu modo de existência. Porém, não é possível aí permanecer: “*encontraremos sempre uma necessidade dissimétrica de passar do liso ao estriado, bem como do estriado ao liso. Se é verdade que a geometria itinerante e o número nômade dos espaços lisos não param de inspirar a ciência régia do espaço estriado, inversamente, a métrica dos espaços estriados (metron) é indispensável para traduzir os elementos estranhos de uma multiplicidade lisa*” (Deleuze e Guattari, 2005, p.194). Passa-se, portanto, de uma política da partilha a uma política da distribuição e novamente a uma política da partilha. Por fim, “*talvez seja preciso dizer que todo progresso se faz por e no espaço estriado, mas é no espaço liso que se produz todo devir*” (Deleuze e Guattari, 2005, p.195).

O “*progresso*” pode ser aqui entendido como o processo pelo qual a ação instituinte logra inscrever-se no campo institucional, ao atualizar/realizar um campo de possibilidades abertas pelo devir. Há, todavia, uma operação de “tradução” que implica numa redução do potencial transformador, afinal, a passagem do virtual ao atual, não se dá sem perda de “energia” (trataremos do processo de tradução e transdução em Gilbert Simondon num outro texto).

Este devir presente no espaço liso manifesta-se, portanto, como uma zona de indistinção: “*um tal espaço liso, amorfo, se constitui por acumulação de vizinhanças, e cada acumulação define uma zona de indiscernibilidade própria ao 'devir' ”* (Deleuze e Guattari, 2005, p.197). A ideia de “vizinhança” é útil para pensarmos uma relação mais fluída entre agentes políticos que estão continuamente se “individuando” como manchas, em detrimento da ideia de grupos com “bordas” e “fronteiras” definidas.

De um pólo a outro dessas termos (poder constituinte/poder constituído; liso/estriado; distribuição/partilha) há zonas de indistinção que revelam, portanto, o caráter indeterminado dessas ações e a possibilidade de não realização das virtudes anunciadas. Ou seja, esta “indiscernibilidade” não tem relação com um caráter mais ou menos “emancipatório” (ampliação da autonomia) ou mais heterônomo (ampliação do controle). Ela diz respeito apenas à forma de constituição do conflito político.

No recorte específico dos casos que temos observado – iniciativas vinculadas às práticas culturais e sociais imersas na cibercultura – parece-nos que tais situações de **indistinção** tornaram-se mais contundentes graças às especificidades sociotécnicas das tecnologias de comunicação digital em redes cibernéticas. Toda inovação técnica que impacta rapidamente na dinâmica social cria situações em que a regulação cultural, econômica e política é colocada em questão, dando lugar a novas disputas (pensemos, por exemplo, no impacto da internet sobre as fronteiras do mundo público e privado, ou nas reconfigurações da noção de privacidade e intimidade, trabalho remunerado e não-remunerado). Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer o caráter sócio-político inscrito no desenvolvimento tecnológico, evitando-se assim a simples oposição entre a neutralidade técnica e o determinismo tecnológico.

Há, portanto, algo de velho e de novo neste cenário. O “velho” diz respeito à existência do conflito político sobre os sentidos da ação; os resultados práticos desta ação; as condições de pertencimento no interior de uma determinada comunidade e também sobre os modos de apropriação e uso dos recursos materiais e simbólicos socialmente produzidos. O “novo” diz respeito aos possíveis modos de constituição e resolução dos conflitos. Nesta direção, interessa-me focalizar os aspectos sociais relacionados às especificidades desta nova relação humano, máquinas cibernéticas e ambiente social. Para tratar das reconfigurações sociais enunciadas acima tomaremos uma abordagem conceitual capaz de trilhar sobre uma situação de *limiaridade*.

Pensamentos limiares

Uma teoria social, para ser “aplicável” como instrumento analítico precisa “eleger” um conjunto de dados – “índices” – perceptíveis e enunciáveis, que poderão ser organizados na construção de um modelo explicativo ou interpretativo do mundo. Esta seleção está sempre pré-informada pela posição ocupada pelo sujeito enunciativo num campo de forças (sociais, culturais, econômicas e políticas) e pelas suas disposições perceptivas². Em se tratando da análise de uma situação social em plena mutação, a própria enunciação do problema coloca sob disputa a produção de “realidades”. É o chamado “*efeito da teoria*”, conforme descrito por Bourdieu³ ou, numa linguagem poética, o momento em que o verbo e a palavra, criam novos mundos.

A situação empírica analisada coloca a seguinte questão: observam-se atores sociais em ação, surgem novos conflitos entre eles e no interior dos próprios movimentos. Pergunta-se: o que é colaboração e o que é exploração? O que é resistência, captura ou mera reprodução? Esses conceitos fazem sentido? Quais seus novos contornos?

A análise das ações e dos atores no interior de um campo político exige, em alguma medida, uma *distinção*

2 BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder Simbólico. In: Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense, 1990.

3 Bourdieu refere-se ao “efeito da teoria” como esta capacidade de “impor uma visão das divisões” (sentido grego da palavra *theorien*). (Bourdieu, 1990).

*abstrata*⁴. Porém, como reportá-la à "*mistura concreta*" que se manifesta no real, com o cuidado de não cristalizá-la pré conceitualmente sob uma forma já conhecida (partidos, sindicatos, organizações não governamentais etc)?

Trata-se, portanto, de um exercício interpretativo em que o pensamento coloca os elementos sob questão numa situação de limiaridade, ao invés de circunscrever, de antemão, os objetos e as tendências observadas com fronteiras e identidades rígidas. Tomo aqui, de inspiração benjaminiana⁵, a imagem do "limiar" como esta zona de indistinção, onde a linha que delimita a fronteira entre duas categorias está apagada, ou melhor, diluída. Enquanto a fronteira define um dentro e um fora para a construção categorial, o limiar plasma os elementos em vias de diferir, introduzindo uma dimensão temporal, o movimento. É difícil e pouco usual para o pensamento habitar este lugar.

Minha aposta é que para refletir, em termos da criação política face às novas formas de exploração e captura no capitalismo contemporâneo, temos que imaginar para além das categorias estabelecidas pela *política da partilha*, onde os sujeitos já têm suas identidades e seus lugares definidos no jogo político. Numa situação em que os canais de mediação política - as formas de efetivar no aparato institucional as dinâmicas instituintes - enfrentam tensões adversas para responder às novas formas de ação política, é necessário modificar as próprias regras que definem o tabuleiro e sua composição. Para isso, temos que forçar o pensamento a criar novos entendimentos que se movam no limiar das *distinções abstratas* e das *misturas concretas* provisórias.

Tomemos, como exemplo, as tensões na relação professor – aluno, no que diz respeito ao processo educativo. Parece-me que tal relação tem algo de "prototípico" dos novos conflitos sociais observados nas relações de trabalho emergentes no contexto do capitalismo contemporâneo (capitalismo informacional, capitalismo cognitivo, trabalho imaterial e comunicacional etc). O traço que vou explorar é a relação de interdependência entre os atores, sujeitos, classes, grupos sociais na produção de algo que é "comum", de maneira que a existência de um dos pólos dessa relação não existe sem o outro. Dá mesma forma que é impossível pensar o professor sem o estudante, não faz sentido pensar o músico sem os ouvintes no universo cultural. Tanto os atores como a relação gerada entre eles está em contínua transformação.

Ora, o que significa pensar a política num campo em que o que está sob disputa não é apenas o produto da relação entre as partes (por exemplo, o resultado do trabalho, o processo educativo, a cultura, o conhecimento), mas a própria forma de constituição de cada um dos atores no interior desta relação?

Tal abordagem entende que a criação política reside justamente na ativação de um outro conjunto de possibilidades antes não visíveis ou não enunciadas naquele campo de relações sociais. Estamos, assim, tentando evitar uma forma de pensamento que busca analisar as tensões em jogo entre professores-estudantes (ou mais genericamente entre trabalhadores e não-trabalhadores numa atividades produtiva de caráter comunicacional) segundo uma lógica em que tanto os papéis de cada um, quanto seus lugares no campo social, como o resultado da relações entre as partes já estariam previamente delimitadas. Entendo que tal abordagem assemelha-se ao que estamos provisoriamente chamando de *política da partilha*. Divide-se o mensurável, as partes cabíveis no interior de um espaço geométrico. A existência e a forma de atuação de cada um dos atores já está previamente definida, sendo que o conflito e suas formas de resolução serão desenhados em função de um dinamismo identitário. Entretanto, como equacionar um conflito em que o que se divide é indissociável da própria existência de cada uma das partes envolvidas?

O problema não é novo e tampouco exclusivo ao terreno da produção imaterial ou dos trabalhos de natureza comunicacional. Transpondo para um outro domínio poderíamos fazer um exercício semelhante para tratar de questões relativas aos problemas ambientais. Seria possível analisar as disputas sob a utilização de recursos naturais, cuja existência transborda as fronteiras nacionais (mares, rios, ar etc) para além de uma política da partilha? Partilha-se o que é finito e limitado, apropriando-se de partes exclusivas. Mas como poderíamos abordar este problema sob uma outra ótica, pensando que tais recursos não podem ser tratados de

4 Distinção abstrata e mistura concreta, são expressões emprestadas de Deleuze e Guattari, 2005.

5 Há um belo texto de Jeanne Marie Gagnebin, "Entre a vida e a Morte" que analisa a noção de limiar em Walter Benjamin. Otte,G; Sedlmayer,S.; Cornelsen.E (orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

maneira exclusiva, sob pena de prejudicar uma das partes envolvidas na relação ou mesmo aniquilar o recurso (ou a relação) disputado?

Nossa hipótese não pretende ignorar ou eliminar as diferenças entre as partes que dão forma ao conflito. Não se trata de fazer tábula rasa às diferenças pré-existentes entre os grupos em conflito (professores/estudantes, produtores/consumidores, trabalhadores/não-trabalhadores, ou mesmo entre grupos envolvidos numa disputa sobre a utilização de recursos hídricos fronteirços, por exemplo). Partimos de uma "aposta". Qual seja, a de que a política, enquanto ação criativa e momento de disputa sobre uma zona de vizinhanças (delimitação entre um dentro e um fora), efetiva-se no momento em que reconhecemos que algo "comum" está sob disputa, sendo necessário, portanto, reconhecer a co-existência e a timo-dependente das partes envolvidas na produção e usufruto deste "comum" (podemos observar questão semelhante em algumas culturas tradicionais quando se trata de regular o uso comum da terra entre grupo distintos). É preciso, portanto, inventar a política ali onde ela não parece existir.

Por fim, ao invés do pensamento proceder de maneira dialética (senhor – escravo, professor – aluno, produtor - consumidor), e ao não fazer tábula rasa dos atores envolvidos na relação (não existe o momento zero), apostamos na ficção do real como um pensamento insurgente que nasce junto à ação que reconfigura o mundo sensível. Inspiramo-nos no argumento de Rancière sobre as utopias socialistas: "*o que os operários fazem não é opor a prática à utopia, mas devolver a esta última seu caráter de "irrealidade", de montagem de palavras e de imagens, próprio para reconfigurar o território do visível, do pensável e do possível. As "ficções" da arte e da política são, portanto, heterotopias mais do que utopias* (RANCIÈRE, 2005, p.62). Mais explicitamente num outro trecho:

"O real precisa ser ficcionado para ser pensado.[...] A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem "ficções", isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer [...] Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real [...] Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos do ser, modos de fazer, e modos do dizer" (RANCIÈRE, 2005, p.59).

Alguns acontecimentos recentes exemplificam o tipo de problema que temos em mente. Penso nas revoltas populares dos países norte-africanos e árabes contra governos considerados autoritários, ou nos movimentos dos indignados europeus contra a crise financeira global; ou ainda, no cenário brasileiro, nas disputas entre ativistas, grupos culturais, movimentos sociais tradicionais de esquerda e agrupamentos ecológicos; eventos estes que atravessaram o ano de 2011. Neles há uma evidente dificuldade de constituir uma nova forma política para as forças e dinâmicas instituintes que estão sendo criadas. Se analisamos as demandas apenas sob a perspectiva de uma política da partilha, definindo de antemão os grupos/partidos em função das identidades em conflito, perdemos a possibilidade de reconhecer outros sujeitos sociais, suas formas de luta e, conseqüentemente, anulam-se as possibilidades de criação de novos direitos. Ao ficcionar o real efetuamos uma nova divisão *do sensível* (o sensível é aqui entendido como o mundo percebido, enunciável). É neste instante de redefinição do que é percebido como comum, e do reconhecimento mútuo da parte que cada um em tomo deste comum, que os grupos e sujeitos podem adquirir uma outra existência, para além das categorias previamente constituídas que já delimitam, de antemão, o desenho e a dinâmica do conflito.

Referências:

- BOURDIEU, P. Espaço Social e Poder Simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 2005. v. 5. Primeira edição francesa 1980.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie, "Entre a vida e a Morte" In: OTTE,G; SEDLMAYER,S.; CORNELSEN.E (orgs.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- RANCIÈRE, Jacques. *O descentendimento*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- _____. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução Mônica Costa Netto. São Paulo: Ed. 34/EXO, 2005.